



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

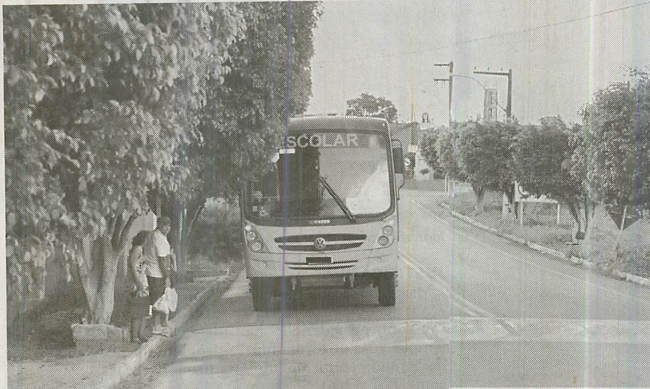
NA JUSTIÇA Cinform - 10 a 16/08/2015

Denúncias do Cinform são levadas ao Ministério Público

Promotora instaurou procedimento administrativo para apurar as informações. Resultado deve sair em três meses

■ Depois de o Cinform veicular matérias sobre situações suspeitas em Frei Paulo, o vereador Wladimir Souza Dantas protocolou as denúncias no Ministério Público da cidade. Os episódios referem-se à locação de imóvel pela Prefeitura, à contratação de ônibus para o transporte escolar e a acidentes envolvendo ambulâncias do município.

As informações das denúncias foram veiculadas pelo semanário e, agora, serão investigadas pelo MP. De acordo com o vereador Wladimir, o objetivo das denúncias é, em primeiro momento, dar transparência nos procedimentos em



Uma das denúncias é relacionada ao transporte escolar

que são utilizados recursos públicos.

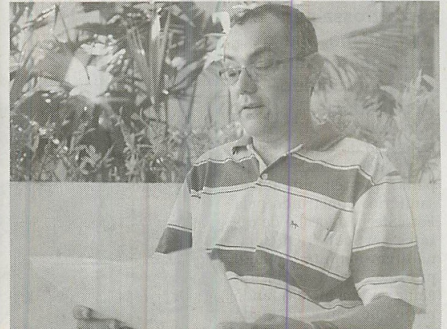
Para além disso, ele pretende que o transporte escolar seja realizado com mais qualidade e segurança. "E não com aquelas latas velhas fretadas pelo prefeito", ressalta Wladimir. Com relação à locação de

imóveis pela Administração, ele espera que a lei seja cumprida, já que, para o vereador, "está na cara que tem uma plantação de laranjas".

PROCEDIMENTO

No que diz respeito aos acidentes, Wladimir espera

providências no sentido de regularizar a situação dos motoristas, que trabalham com escalas desumanas e acabam ficando mais expostos durante as viagens. Em abril deste ano, por exemplo, um acidente matou três pessoas e deixou outras



Vereador espera barrar ações irregulares na cidade

duas feridas. O laudo ainda não foi divulgado.

De acordo com a promotora Ana Leila Costa Garcez, promotora de Justiça da Comarca de Frei Paulo, com base nas denúncias, foi instaurado um procedimento administrativo para apurar as informações. Para isso, foram expedidos ofícios endereçados aos envolvidos.

Segundo a promotora, o prazo para se chegar à conclusão do procedimento é de três meses, que podem ser prorrogados por mais três. Essa conclusão, em caso de comprovação das denúncias, pode levar a uma ação civil pública com a responsabilização dos envolvidos. É o que espera o vereador e toda a população da cidade. ■